

## EDUCAÇÃO

A Educação pós-pandemia é um dos maiores desafios a se lidar neste processo de retorno à normalidade, a crise sanitária escancarou e aprofundou as desigualdades e resultou em um apagão pedagógico. O bordão usado pelo MEC ainda no início da pandemia como justificativa para não adiar o ENEM “Uma geração inteira não pode ser perdida” corre risco de se consolidar pela própria negligência do Ministério da Educação de Bolsonaro.

Testemunhamos e relatamos este apagão pedagógico através da nossa Nota Técnica “Pelo Direito de Estudar”: o baixo engajamento dos estudantes na aula remota, fruto de uma dificuldade da implementação de um modelo ensino-pedagógico; as dificuldades estruturais, sejam elas de conectividade ou da ausência de um ambiente de estudo apto a concentração; meninas que desde cedo tendo que lidar com a dupla jornada imposta pela lógica patriarcal, pois estavam ficando em casa; os recorrentes casos de violência doméstica e demais violências; o agravamento de sintomas de ansiedade e depressão como consequência do isolamento social; e talvez o ponto mais sensível, o agravamento da crise econômica que fez com que muitos secundaristas tivessem que escolher entre ou acompanhar as aulas precarizadas do ensino remoto ou se alimentar, tiveram que arriscar suas vidas para o subemprego para colaborar com a renda familiar, tão fragilizada pela desvalorização do salário mínimo, o desemprego e o aumento da inflação.

Esse conjunto de fatores impactou todas as faixas etárias, resultou em aumento de mais 66% de crianças de 6-7 anos que não estão alfabetizadas, evasão no Ensino Médio se caracterizando abandono escolar em altíssimo nível e crescendo o índice “Nem e Nem” nem estuda e nem trabalha e até mesmo o agravamento do estado emocional das e dos Professores culminando em sucessivos pedidos de afastamento por orientação médica. É fundamental ressaltar que todos esses índices mencionados impactam de forma mais forte a juventude negra e periférica, reiterando o aprofundamento das desigualdades sócio-econômica.

Com o processo de retomada ao Ensino Presencial surge a principal questão deste tempo: como combater o abandono escolar? Neste primeiro semestre as redes estaduais cumpriram um importante papel junto à comunidade escolar, pais, estudantes, trabalhadores da educação na efetivação de uma busca-ativa, mas todas essas experiências não suprimam a necessidade. Além de criar condições para o nosso retorno às salas de aula, precisamos também de uma Escola que nos faça sentido.

As “alternativas” postas pelo Governo Bolsonaro e seus aliados nos estados foram o caminho da militarização, do Novo Ensino Médio e do Ensino Domiciliar, o “homeschooling”. Caminhos que não respondem às nossas necessidades. De um lado uma proposta truculenta que busca acabar com a pluralidade e o pensamento crítico, além da efetivação do projeto autoritário de Bolsonaro a partir das escolas públicas, especialmente nas regiões periféricas a partir do pressuposto do combate à criminalidade e a efetivação da Ordem. A educação que sonhamos é o oposto disso, defendemos uma escola com gestão democrática, onde a comunidade escolar possa escolher seu Diretor e também o respeito livre organização de nós estudantes a partir da Lei do Grêmios livres, e por fim um projeto que esvazia o papel da Escola e do Professor na formação e socialização do estudante.

O Novo Ensino Médio também esvazia o papel do Professor como agente na construção do conhecimento, exige destes trabalhadores um conhecimento total da sua área resultando, assim, o dito “notório saber”. Já para nós estudantes, nos cabe lidar com a

frustração, por não termos escolas preparadas, seja pela formação ou pela falta de estrutura para ofertar os itinerários formativos.

Vale ressaltar talvez os dois pontos mais críticos do Novo Ensino Médio para nós estudantes: o dito “Protagonismo Estudantil” que em vez de valorizar nossas potências e inteligências diversas, fortalece um discurso meritocrático e de empreendedorismo mesmo sendo algo descolado da realidade em um país como o nosso, marcado pelas desigualdades étnicas raciais e socioeconômicas. Outro ponto contraditório é também a “vocacionalização”, em que estudantes recém saídos do Ensino Fundamental têm que escolher entre poucas opções o caminho que será traçado pelo restante do Ensino Médio, conflitando com uma formação ideal que seria a formação a partir de perspectivas diferentes e abordando as diferentes áreas do conhecimento.

Uma das principais contradições do Novo Ensino Médio é o próprio conflito com a BNCC, as disparidades regionais na destinação de recurso, formação dos professores, formatação do currículo estadual a partir dos Itinerários formativos na implementação do novo modelo faz com que seja impraticável a “homogeneização” da formação dos estudantes brasileiros, fazendo assim se aprofunde ainda mais as desigualdades sociais.

A ausência de políticas direcionadas à necessidade baseada na realidade atual faz com que o Ministério da Educação seja mais um braço da política bolsonarista ao tornar esse espaço de transformação de vidas em balcão de negócio com compra de base eleitoral por favorecimento de equipamento superfaturado.

Este ano nos deparamos com o pior escândalo de corrupção já visto envolvendo o Ministério da Educação (MEC). Verbas da pasta da educação foram vistas sendo ofertadas como moeda de troca a prefeitos, caso destinassem propina aos amigos pastores de Jair Bolsonaro. Milton Ribeiro, em meio a pressão, deixa o ministério, enquanto Bolsonaro se esforça para afastar seu nome de qualquer relação, como se isso fosse possível.

A próxima gestão da UBES enfrentará um novo ciclo da Educação do país, seja com a reeleição de Bolsonaro ou com a eleição de um projeto democrático, portanto é fundamental a construção de uma plataforma educacional que seja a antítese do projeto de Bolsonaro, para a reconstrução do nosso país.

O Novo Ensino Médio em paralelo ao vencimento do PNE, o Plano Nacional de Educação, a construção do SNE, do Sistema Nacional de Educação, cujo relatório final foi entregue por nós, o debate sobre a renovação e o aperfeiçoamento da Lei das Cotas, a efetivação do Novo e Permanente FUNDEB e o Novo ENEM, todos estes fatores, acontecendo quase que simultaneamente, exigirá muita formulação de nós secundaristas brasileiros.

Podemos a partir deles, não só negar o que não é do nosso interesse, mas formular um projeto educacional que seja conectado com a realidade do nosso país, levando em conta nossas limitações mas também valorizando nossas potências, sendo esse um eixo fundamental e talvez o mais importante na reconstrução de um novo país.

Precisamos lutar, pela revogação da EC 95, a Emenda Constitucional do Teto de Gastos. O papel estratégico da Educação, ainda mais em um processo de reconstrução do nosso país, não pode ser refém de um teto de investimento que amarra os gestores públicos. É de suma importância também a redemocratização do Fórum Nacional de Educação para a partir dele voltar a ser um espaço de formulação que responda as necessidades da Educação brasileira

Como principais pontos ainda para o próximo período temos a luta pela renovação da Lei das Cotas e pelo caráter permanente dela e que o percentual da reserva de vagas seja proporcional aos números de estudantes de escolas públicas e grupos historicamente

discriminados, como o povo negro, indígena e quilombola. O Novo ENEM, precisa também, desde já, ser debatido com a sociedade, prática que não foi feita, como de costume, pelo Ministério da Educação de Bolsonaro. Os primeiros relatos do MEC apontam um Novo ENEM mais conectado com a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular, podendo dar um caráter mais conteudista do que interpretativo para o novo formato do exame, tornando menos democrático o acesso à Universidade a partir da Prova.

O direito à educação pública, gratuita e de qualidade a todas e todos perpassa por garantia de acesso a tecnologia como ferramentas de aprendizado e convivência com o mundo atual. É preciso democratizar a internet levando o 5G para todas as escolas e estudantes nos mais diferentes lugares do país, utilizando os recursos disponíveis no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

É de suma importância também o fortalecimento do PNAE, a escola pública cumpre um papel estratégico no combate à desnutrição infantil e a fome, ainda mais com o agravamento da crise econômica.

Sendo assim cabe a UBES, ser a força motriz dos debates e das formulações de uma plataforma educacional sendo o centro do Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável para reconstrução do Brasil.